

MERCADO DE TRABALHO E SUBDESENVOLVIMENTO NO BRASIL NO FINAL DO SÉCULO XX: CONSIDERAÇÕES SOBRE A DESESTRUTURAÇÃO DO MERCADO DE TRABALHO BRASILEIRO

Marcelo Jose Moreira¹

Resumo

A forma atual do processo de acumulação de capital recrudescer a condição sócio-econômica da classe trabalhadora, sobretudo, a partir da segunda metade do século XX. Isso se materializou, sobretudo, nos países em que a dinâmica capitalista toma a forma de periferia do sistema. Daí que, a inserção e/ou a exclusão dos trabalhadores brasileiros no mundo do trabalho, demonstra a existência de uma *desestruturação* de seu mercado de trabalho, de forma que esta afirma, estruturalmente, o aumento da taxa de exploração do trabalho, e por assim dizer, a limitação ao acesso a este mundo do trabalho, ali constituído e em plena mutação. A política macroeconômica, dos anos 90, sobretudo a partir de 1994, de abertura da economia brasileira, encaminhada por medidas de eliminação de regimes especiais de importação, simplificação da burocracia de importação (licenciamentos), redução de alíquotas alfandegárias, “perda” da capacidade de investimento do setor público, que incorreu numa política de desregulamentação dos mercados, no encolhimento do Estado e no saneamento das finanças públicas, levou a um lento crescimento da economia brasileira, e revelou-se como o principal responsável pela escassa geração de empregos e, portanto, da tendência ao desemprego estrutural. Esses fatores quando vistos de maneira conjunta, revelam uma intensa ampliação dos níveis de dependência externa, das desigualdades sociais e dos limites impostos às tomadas de decisão interna. Fatores esses, fundamentais para o acirramento do subdesenvolvimento.

Palavras-chave: Subdesenvolvimento, desenvolvimento e mercado de trabalho

Abstract

The current form of the process of capital accumulation recrudesced the social economic condition of the working class, specially, from the second half of twenty century. This occurred, excessively, in the countries where the capitalist dynamics takes the form of periphery of the system. Consequently, insertion and/or exclusion of the Brazilian workers in the working field demonstrate the existence of a *destructibility* of its working market. One could affirm that, structurally, the increase of the exploitation rate of the worker and the limitation to the access to this world of the work, there constituted and in full mutation. The macroeconomic politics, of 90 years (over all from 1994), of opening of the Brazilian economy, directed for special measures of elimination of regimes of importation, simplification of the importation bureaucracy (licensing), reduction of aliquot taxes, loss of the investment capacity of the public sector, that resulted into political deregulation of the markets, into the shrinking of the State and the sanitation of the public finances, led to a slow growth of the Brazilian economy, and appeared as the main responsible for the scarce increase of jobs generation and, therefore, of the tendency to the structural unemployment. These factors when seen in global way, reveal an intense amplification of the levels of external

¹ Professor do Curso de Ciências Econômicas - UNUCSEH - Universidade Estadual de Goiás – UEG e do Centro Universitário de Patos de Minas/UNIPAM.

dependence, the social inequalities and the limits taxes to taking internal decision. These factors are basic for the increase of the underdevelopment

Keywords: Underdevelopment, development and working market.

INTRODUÇÃO

No Brasil, *precarização das condições de trabalho* devem ser vistas a partir do exame analítico do *processo geral de acumulação de capital* e das formas aqui assumidas por tal processo, caracterizando uma estrutura imersa numa forma específica de desenvolvimento, denominada subdesenvolvimento. Tal forma específica se traduz numa intensa heterogeneidade estrutural interna, grau de dependência externa acirrado e limites impostos às tomadas de decisão sobre a condução de seu projeto de desenvolvimento (isto é, um limite imposto à autonomia crescente de decisões, uma implicação do conceito de desenvolvimento)².

As últimas duas décadas do século XX, para o Brasil, tornam esses elementos ainda mais perniciosos para o processo de desenvolvimento da sociedade brasileira. A partir dos anos 80, as taxas médias de crescimento caem de forma sensível, as flutuações dos ciclos de crescimento aparecem mais intensas e os surtos de expansão são mais curtos³ (a taxa média de crescimento na década de 80 foi 1,6% e na de 90, 1,8%)⁴.

Nos anos 90, o projeto de desenvolvimento desencadeado, sobretudo, a partir de 1994, teve como características principais o acirramento da dependência externa, via aumento da vulnerabilidade e da fragilidade financeiras, que se apresentavam como decorrência da “nova etapa de financiamento externo”, surgida a partir do uso da âncora cambial e da política de juros elevados. A idéia é que tal política pudesse atrair poupança externa suficiente para completar o intento de investimento doméstico e para financiar o déficit em conta corrente. Esse projeto, ao contrário, levou ao crescimento extraordinário da dívida externa, somado ao crescimento contínuo e explosivo da dívida pública interna⁵. No limite, a combinação de abertura comercial e liberalização financeira, associadas às privatizações e o investimento direto estrangeiro e, ao mesmo

² FURTADO (1983)

³ BELLUZZO (2002)

⁴ LESBAUPIN (2000)

⁵ A dívida mobiliária interna federal em poder público, saltou de 61,8 bilhões de reais em 1994, para 810,3 bilhões de reais em 2004.

tempo, à política de taxa de câmbio sobrevalorizada, resultou numa penalização do setor exportador nacional, em crescimento econômico pífio (de 1995 a 2001, a taxa média anual de crescimento foi de 2,4%), um encolhimento das cadeias produtivas e aumento da participação da propriedade estrangeira no estoque de capital doméstico⁶.

Como resultado, ocorre uma *desestruturação do mercado de trabalho*, que se traduz em aumento no número de trabalhadores ocupados que recebem salário mínimo⁷, no número significativo de trabalhadores que se encontram no setor informal da economia, nas “novas” ocupações profissionais geradas – marcadas por ocupações precárias e com baixos rendimentos -, na queda dos rendimentos reais do trabalho e na configuração de desemprego estrutural⁸.

Para iniciarmos a investigação desta proposição, partimos do pressuposto de que: **i)** o desenvolvimento do capitalismo privilegia um grupo de países hegemônicos - *núcleo orgânico* - em detrimento dos países subdesenvolvidos; **ii)** o desenvolvimento global é desigual, agravando a condição do emprego de força de trabalho, nos países subdesenvolvidos, e isso de alguma forma favorece os países desenvolvidos; elementos que serão considerados na primeira seção; e **iii)** os efeitos causados pela política macroeconômica, sobretudo a partir de 1994, sobre o mercado de trabalho são assimétricos, atingindo mais intensamente determinados grupos-problema⁹; discussão realizada na segunda seção.

ELEMENTOS QUE CONSTITUEM, PRELIMINARMENTE, A OFENSIVA DO NÚCLEO ORGÂNICO¹⁰ DO CAPITALISMO SOBRE O MERCADO DE TRABALHO BRASILEIRO

⁶ BELLUZZO (2002)

⁷ “As modificações na composição das ocupações por setor de atividade e posição na ocupação ocorreram junto com alterações expressivas na distribuição das pessoas ocupadas por nível de remuneração. Descontando os aumentos de preços e expressando as faixas de remuneração em salários mínimos de 2003, aumentou fortemente a proporção de pessoas ocupadas ganhando menos de 3 salários mínimos que atingiu quase ¾ dos ocupados em 2003.” (Baltar, 2005)

⁸ “A geração de oportunidades para ocupar a população ativa, que tinha diminuído fortemente nos anos 90, aumentando o desemprego aberto e dificultando a entrada do jovem no mercado de trabalho, tornou-se mais intensa depois da desvalorização do real (...) Geraram-se especialmente empregos assalariados, muitos deles com carteira de trabalho, mas predominaram empregos de baixa remuneração, que contribuíram para reduzir o nível médio dos salários.” (Baltar, 2005)

⁹ OFFE (1989)

¹⁰ Segundo a organização da pesquisa de Arrighi (1997), os “*membros orgânicos da zona do núcleo orgânico*” são: Austrália, Canadá, Dinamarca, Nova Zelândia, Noruega, Suécia, Suíça, Reino Unido, Estados Unidos da América, Alemanha Ocidental. Estes foram determinados a partir de suas posições em relação a distribuição global de renda em 1960/70 em comparação com suas posições em 1938/50.

A reestruturação recente das economias desenvolvidas tem desencadeado um amplo movimento de reestruturação no mundo do trabalho, com efeitos sobre as economias subdesenvolvidas. A razão é que, cada vez mais, os mercados de trabalho dos países subdesenvolvidos dependem da força motriz das empresas transnacionais.

Tais efeitos vão ao encontro do que Arrighi (1997) considera como processos relacionais de exploração e de exclusão. A formulação do autor parte do princípio de que os processos de exploração referem-se ao fato de que a pobreza absoluta ou relativa dos Estados menos desenvolvidos induz continuamente os governantes e cidadãos a participarem da divisão internacional do trabalho em troca de recompensas marginais; enquanto que os processos de exclusão referem-se ao fato de a riqueza oligárquica dos Estados do núcleo orgânico proporcionam a seus governantes e cidadãos os meios necessários para excluir os governantes e cidadãos dos outros países. Assim, esses processos geram a pobreza “necessária” para induzir os governantes e cidadãos de Estados comparativamente mais pobres a procurar ininterruptamente uma reinserção na divisão internacional do trabalho, ao custo determinado pelos países desenvolvidos.

Entendendo tais pressupostos como uma decorrência histórico-estrutural de como os países *subdesenvolvidos* entraram e ainda se encontram na *corrida pelo desenvolvimento* - à luz dos "exemplos" deixados pelos desenvolvidos¹¹ - podemos admitir que a *opção* de segui-los provocou o agravamento de suas centenárias desigualdades, em decorrência de suas especificidades, marcas de sua história (p. ex., passado colonial escravista, industrialização tardia, ausência de reformas básicas – traduzidas numa “revolução produtiva sem revolução burguesa”¹², mercado de trabalho e estrutura econômica marcados pela heterogeneidade, etc.)¹³.

Dado o contexto acima, a *desestruturação do mercado de trabalho*, torna-se um problema social que ultrapassa o âmbito estritamente econômico. Ao constituir um mercado de trabalho restritivo e precário, o desenvolvimento atual do capitalismo brasileiro, exclui uma ampla parcela da população de uma condição sócio-econômica que lhes garanta o acesso à economia de mercado, exigindo ao Estado a constituição de políticas compensatórias, que ainda que necessárias, estão longe de lhes garantir tais

¹¹ Sobre o assunto, ver ARRIGHI (1997)

¹² OLIVEIRA (2003)

¹³ Sobre esses temas, ver, entre outros: FURTADO (1991), IANNI (1963), MELLO (1998), PRADO JR. (2000), RANGEL (1999) e SIMONSEN (1977)

condições¹⁴. Aqui reside uma contradição em relação ao projeto em voga: a ideologia neoliberal não incorpora esta solução como possível, porque defende que a mesma seja dada pelo mercado¹⁵.

Para o mercado de trabalho, a exigência de competitividade e aumento da eficiência produtiva impõe ideologicamente uma ação normatizadora do Estado em favor da flexibilização e racionalização produtivas que responderiam através de um aumento na oferta de empregos. Ao contrário, os indicadores mostram um aumento do desemprego. A ação normatizadora do mercado de trabalho insere-se numa proposta mais ampla de ajuste das funções do Estado, encolhendo relativamente o seu âmbito de atuação, se comparado com o Estado do Bem-Estar. Esta nova concepção impôs um ajuste de funções que diminui o grau de liberdade de execução das políticas públicas¹⁶.

“Assim, reduz-se a capacidade dos Estados nacionais de conduzir políticas macroeconômicas voltadas ao pleno emprego e políticas sociais capazes de favorecer a distribuição da renda.” (Mattoso, 1995)

Por outro lado, Medeiros e Salm vêem essas mudanças como uma reação a um modo de regulação:

*“O ideário neoliberal surge na esteira da atual revolução tecnológica e do acirramento da concorrência mundial. Expressa, no campo das relações industriais, uma reação à regulação fordista e aos acordos e contratos coletivos que foram se afirmando principalmente na Europa, em Países com mercados de trabalho altamente estruturados e com forte presença sindical. A idéia central é de **flexibilização** do mercado de trabalho.”* (Medeiros e Salm, 1994)¹⁷

O problema maior que se apresenta para os defensores do ideário neoliberal é que os resultados das transformações na forma de regulação não são nem de perto comparáveis aos dos “anos dourados” do pós-guerra (tabela 1, no anexo).

¹⁴“A introdução de redes de proteção e políticas de renda especialmente dirigidas à pobreza – como as que caracterizam a política social dos últimos anos - não pode contornar a necessidade de um modelo de desenvolvimento em que a sustentação da taxa de crescimento e de elevação continuada do salário mínimo real esteja claramente priorizada. É evidente que, com a extraordinária expansão do setor informal, os esquemas de transferência social, centrados no emprego, tornam-se crescentemente insuficientes e os programas universais (como, por exemplo, a renda de cidadania) ou voltados diretamente aos pobres (Bolsa-escola), ou a extensão da cobertura social ao setor informal (como a que ocorreu com a aposentadoria rural) tornam-se centrais”. (Medeiros, 2002)

¹⁵ Segundo estes autores, o mau funcionamento da economia ou as crises devem ser tributadas às tentativas de interferir na operação das forças de mercado. Para melhor compreensão, ver Polanyi (1980).

¹⁶ Sobre este tema, ver Franco (1996).

¹⁷ Grifos no original.

Como muito bem aponta Furtado:

“Existe evidência de que a estrutura atual não permite compatibilizar uma taxa de crescimento capaz de absorver o desemprego com o necessário equilíbrio. A verdade é que a atual recessão não é simples fruto do acaso. Ela reflete certa opção política (...) vivemos não exatamente uma crise, no conceito que lhe emprestam os economistas, mas uma complexa transição estrutural com reacomodações nas relações entre os centros de poder, tanto de natureza econômica como política”. (Furtado, 1992)

As reacomodações e a transição estrutural obviamente não alteram a configuração de fundo do capitalismo, de sorte que os países do núcleo orgânico continuam a exercer a sua liderança e a definirem os caminhos para os demais. Neste caso, as opções dos países subdesenvolvidos são extremamente limitadas.

É justamente sobre essas “opções políticas” que Arrighi (1997) se refere quando mostra a *ilusão do desenvolvimento*. Ele esclarece que os países em busca do desenvolvimento aprofundam diferenças internas às suas sociedades, porque tentam acompanhar os passos dos países avançados. Assim, articulam os processos de industrialização e de desenvolvimento, sem presumir que não são a mesma coisa.

“A industrialização ou, mais geralmente, a modernização, fracassou em cumprir suas promessas, e essa falha está na raiz dos sérios problemas enfrentados atualmente pela maior parte dos Países do Leste e do Sul. Esses problemas não são locais nem conjunturais, mas sistêmicos e estruturais. São problemas dos sistema mundial a que pertencem tanto o Ocidente/Norte quanto o Leste/Sul.” (Arrighi, 1997)

Este autor procura mostrar que os acontecimentos de *milagres econômicos* ocorridos em alguns países subdesenvolvidos não passaram de *miragens*, de forma que, no Brasil, a característica mais notável de sua trajetória de crescimento foi a absoluta e quase ininterrupta horizontalidade¹⁸. Acontece que as desigualdades de renda entre as regiões mais pobres da economia mundial seguiram um padrão em que os aspectos-chave são o oposto exato do padrão observado pelas desigualdades de renda entre as regiões mais ricas¹⁹, apresentando um movimento decrescente nas regiões ricas e crescentes nas regiões pobres. Esta abordagem é comum a Arrighi e Furtado. Para este último, somente um projeto político apoiado em um conhecimento consistente da

¹⁸ Arrighi, op.cit. O autor cita que de 1938 a 1970, o PNB per capita do Brasil permaneceu estacionário em mais ou menos 12% do PNB per capita do núcleo orgânico. Entre 1970 e 1980, subiu até 17,5%, mas, por volta de 1988, retornava para seus 12% .

¹⁹ ARRIGHI, op.cit.

realidade social poderá romper a lógica perversa da desarticulação entre a acumulação das forças produtivas e os objetos de consumo (paralelismo existente nas economias desenvolvidas); desarticulação esta que fundamenta a existência do subdesenvolvimento. Para o primeiro, o importante é o entendimento sobre a *hierarquia global de riqueza*. Através dos conceitos de *riqueza oligárquica* e *riqueza democrática*, ele vai aprofundar a explicação que vinha traçando sobre a ilusão do desenvolvimento.

A riqueza democrática consiste no tipo de comando sobre recursos econômicos, disponíveis em princípio para todo mundo em relação direta com a intensidade e a eficiência dos seus esforços; a riqueza oligárquica consiste no tipo de comando sobre recursos econômicos, porém, sem relação com a intensidade e a eficiência dos esforços de seus beneficiários, e nunca estando disponível para todos, não importando quão intensos e eficientes sejam estes esforços. Assim, a primeira corresponde ao que se entende por processos de exploração, e a segunda, ao que se entende por processos de exclusão – citados anteriormente.

Neste sentido, torna-se clara a afirmação de Furtado (1992) quando diz:

“Já não se desconhece a necessidade de partir de uma visão global das transformações em curso nas relações econômicas internacionais para captar o sentido da crise que atravessamos (...) Ora, para chegar a essa visão global faz-se necessário entender as profundas mudanças estruturais provocadas pela transnacionalização das empresas, em particular nos setores de informação, financeiro e monetário, assim como captar a significação do novo recorte geográfico na ordenação das atividades econômicas”.

As conseqüências estruturais da opção de política de desenvolvimento implementada no Brasil, sobretudo nos anos 90, identificada através da *inserção subordinada* do país aos ditames da globalização financeira - expressa em políticas econômicas sedutoras para fluxos do *capital rentista* -, agravou a condição histórica já existente.

Essas políticas foram implementadas no contexto de um movimento mais geral que engloba as transformações financeiras e as mudanças na estratégia da concorrência entre as grandes corporações²⁰. Este movimento levou a uma profunda alteração das regras internacionais do comércio e do investimento, de onde, as economias nacionais

²⁰ Ver CHESNAIS (1995 e 1996) e TAVARES e BELLUZZO (2002).

submeteram-se a uma nova regulação comercial do investimento, dos serviços e da propriedade intelectual. (Tavares e Belluzzo, 2002)

Assim, em meio à ofensiva do Capital, contextualizada como globalização, o movimento internalizado no Brasil, quando frente às questões aqui expostas, possibilitou-o (o Capital) uma exploração acirrada sobre o Trabalho, de forma a moldar o capital interno, sustentado pela dinâmica do trabalho assalariado²¹.

Tavares e Belluzzo (2002) destacam que,

"Os processos de transformação do capitalismo (...) são, em geral, ignorados quando se pretende designar a mudança ocorrida nas últimas décadas, mediante a expressão vazia de 'globalização'. Os seus resultados negativos têm sido assinalados pelos críticos de esquerda, que costumam acentuar as suas características mais perversas: a (des)localização da produção, a destruição de empregos e uma diminuição geral da capacidade de desenvolvimento sustentado nos países da periferia."

O subdesenvolvimento, portanto, foi agravado, ainda que resguardando as condições internas, pelo movimento do Capital em ambientes externo e interno, intensificando um processo de desenvolvimento capitalista distinto do ocorrido no núcleo orgânico do capitalismo, vindo a ser a "forma da exceção permanente do sistema capitalista na sua periferia"²².

Isto posto, a estrutura do mercado de trabalho no Brasil, conformação social construída nas décadas de 1950-70, é resultado da opção histórica por um padrão de desenvolvimento, baseado no processo de industrialização, que apesar de ter permitido o avanço e a constituição de uma base de produção material avançada, de extensa rede de relações intra e intersetoriais, acirrou a característica da heterogeneidade estrutural desta sociedade, onde a pobreza e a exclusão social são frutos, em parte, pelo não enfrentamento do problema agrário e pela reprodução de uma força de trabalho mal remunerada.²³

A economia brasileira demonstrou expressiva capacidade de geração de novos empregos e estímulos positivos ao desenvolvimento dos demais setores de atividade econômica, possuindo o Estado, nesse contexto, uma função de regulador das relações

²¹ Sobre essa discussão, ver ALVES (1999) e OLIVEIRA (2003)

²² OLIVEIRA (2003). Ainda sobre o agravamento das condições de subdesenvolvimento, através da polarização mundial, ver FIORI E MEDEIROS (2001)

internas e externas. Ressalte-se que a heterogeneidade passa pela grande desigualdade econômica e social existente entre as regiões brasileiras, que se associou a diferentes situações de pobreza, inclusive nas áreas metropolitanas.

“(…) as metrópoles que apresentavam maior dinamismo econômico demonstravam, também, maior concentração de renda, agravando a situação de pobreza, enquanto que nas metrópoles que pouco se beneficiavam com o crescimento econômico, tornavam-se imensos ‘depósitos’ de população pobre”.(Baltar, Dedecca e Henrique, 1996)

Um dos principais determinantes de reprodução da pobreza foi o padrão de geração de empregos e renda existente no País, associado ao estilo de desenvolvimento. Esta colocação nos indica pelo menos dois aspectos a serem estudados: a) o êxodo rural - volume e velocidade - e suas conseqüências sobre a estruturação do mercado de trabalho urbano²⁴; e b) o tipo de geração de emprego e renda urbanos.

Com relação ao primeiro aspecto, observa-se que o êxodo rural está associado a uma estrutura agrária de intensa concentração de terra; ao processo de modernização agrícola, fomentado pela industrialização sob a coordenação do Estado; e pelos limites da capacidade de absorção da força de trabalho na atividade agrícola.

O segundo aspecto associa-se à exigência do processo de acumulação de ampliação de uma base de consumo para bens duráveis, com aumento do poder de compra de alguns estratos de rendimentos do trabalho para que a expansão acelerada da produção se viabilizasse. *“Isso se deu, principalmente associado ao emprego público e às empresas privadas com maior tamanho e grau de organização”*²⁵. Entretanto, a absorção de trabalhadores nos centros urbanos, com ampliação do assalariamento e formalização nas relações de trabalho, também se deu em formas precárias, demonstrando a coexistência de dois processos distintos de condições de trabalho, que reproduziam o mesmo problema: a questão da má distribuição de renda no País.

“Isto se refletiu nas limitações da difusão do consumo de bens, apesar da montagem de um aparelho capacitado para expandir-se de modo a atender a uma maior parcela da população; na ampliação e diversificação de serviços privados para a população de alta renda; e, na proliferação de

²³ BALTAR, DEDECCA E HENRIQUE (1996)

²⁴ Segundo Urani (1994), *“A rápida industrialização da economia brasileira após o término da II Guerra Mundial inverteu as proporções de pessoas que viviam nos meios rural e urbano entre 1950 e 1980 (que passaram, respectivamente, de 70% a 30% e vice-versa)”*.

²⁵ BALTAR, DEDECCA E HENRIQUE (1996)

serviços baratos para a população de baixa renda, apesar de um escasso poder de compra”.(Baltar, Dedecca e Henrique, 1996)

A dinâmica de acumulação assim constituída demonstra a formação e reprodução de um mercado de trabalho precário, pelas formas de relações que o expressam, ou seja, da coexistência de relações/condições formais e não-formais (precárias) de trabalho em um ambiente de concentração de renda, pressupondo a existência de dificuldades de manutenção e inserção em um processo de formalização das relações/condições de trabalho no país.

Essas determinações próprias às condições sociais e à dinâmica do mercado de trabalho brasileiro, quando relacionadas às transformações mais gerais do sistema capitalista, permitem-nos realçar algumas considerações sobre os problemas da estrutura e da desestruturação do mercado de trabalho no Brasil.

CONSIDERAÇÕES SOBRE A DESESTRUTURAÇÃO DO MERCADO DE TRABALHO BRASILEIRO NOS ANOS 90

Nos anos 90, a opção de política macroeconômica para o favorecimento do livre movimento dos capitais internacionais, sobretudo a partir de 1994, ampliou os problemas “genéticos” do mercado de trabalho. Essas políticas econômicas produziram uma reestruturação do parque produtivo nacional através de medidas de estímulo à **competição**: privatização, legislação antitruste e de proteção ao consumidor, liberalização comercial e novas regras para os investimentos diretos; e medidas de estímulo à **competitividade**: programas de apoio à capacitação tecnológica, de produtividade e qualidade, e o Programa de Competitividade Industrial (Pero, 1996). A implementação de mecanismos macroeconômicos de estabilização da economia e a falta de uma política industrial explícita trataram de contribuir para o agravamento do quadro formado pelo desemprego, qual seja, a confirmação de relações precárias de trabalho, respaldadas pela participação significativa de trabalhadores sem carteira de trabalho assinada e trabalhando por conta própria (tabela 2, no anexo).

Esta perspectiva mais ampla de alteração da base produtiva nacional completava-se por uma ação decorrente de flexibilização das relações de trabalho, em função da exigência de uma ambiente de acirramento da concorrência. Para o projeto

em voga, o mercado de trabalho brasileiro precisaria ser flexibilizado, de forma a poder acompanhar às transformações a ele impostas pelos fatores acima. Entendendo que, a flexibilização das condições/relações de trabalho contribuiria para a geração de postos de trabalho.

Entretanto, Barros (1996), ao definir o grau de flexibilidade de um mercado como:

“A capacidade de os preços e quantidades transacionadas nesse mercado se ajustarem rapidamente a choques nas curvas de demanda e oferta. Assim, a maneira mais imediata de medir o grau de flexibilidade seria estimar como preços e quantidades reagem no curto prazo a choques exógenos de magnitude padronizada.”

e formular um indicador para medir a flexibilidade salarial no mercado de trabalho brasileiro, conclui ainda que a flexibilidade salarial no Brasil tende a ser mais elevada do que a encontrada nos países industrializados.

Em Baltar e Proni (1996), existem duas formas de flexibilidade no uso da mão-de-obra: a flexibilidade quantitativa, implícita no enxugamento do quadro de pessoal da empresa; e a flexibilidade funcional dos que permanecem na empresa, ou seja, a polivalência nas funções. No primeiro caso, o empregador contrata determinados serviços prestados pelos trabalhadores; e no segundo, contrata um conjunto de força de trabalho potencial, capaz, em princípio, de uso alternativos qualitativamente diferentes. A partir desses conceitos, os autores estimam que no Brasil o *problema* da flexibilidade quantitativa é significativo, dados os altos fluxos de contratação e dispensa (caracterizados pela rotatividade).

Por outro lado, o aumento da taxas de desemprego, resultado em grande parte da política econômica interna, estimulou o crescimento do setor informal, contribuindo para a flexibilização no mercado de trabalho brasileiro (flexibilidade alocativa), assim como o desenvolvimento de alguns subsetores da atividade de serviços contribuíram para o aumento da heterogeneidade e precariedade deste mesmo mercado²⁶.

²⁶ A informalização da ocupação, segundo Baltar (1994), ocorreu em todos os setores de atividade não-agrícola, exceto em transporte e comunicação, na década de oitenta. Nesses ramos, a queda mais intensa da proporção do emprego formal deve-se sobretudo à estagnação do emprego com carteira, embora também tenha ocorrido um rápido aumento do emprego informal. Conclui-se, então, que a crise contemporânea do Brasil provocou uma desvalorização global do trabalho assalariado com implicações sobre as condições de vida de um importante segmento da população, inclusive sobre sua capacidade de organização no trabalho.

O recrudescimento do mercado de trabalho brasileiro, nos anos 90, traz implicações diversas, seja na existência de concorrência acirrada entre os indivíduos por um posto de trabalho que apresente características de precariedade (no setor informal, por exemplo), seja na forma de seleção engendrada pelas empresas para empregar um número cada vez maior de desempregados.

“Contrariamente ao que se passou nos anos 70, nos 90, graças à modernização da agricultura, os preços relativos não foram enviesados contra os salários mais baixos. O baixo crescimento econômico, no entanto, abortou a possibilidade de uma mudança estrutural favorável aos trabalhadores menos qualificados. A destruição do emprego assalariado agrícola se deu simultaneamente à destruição do emprego na indústria, levando, em consequência, a uma expansão do subemprego urbano e ao declínio da renda média do trabalho não qualificado. O declínio no crescimento do mercado interno de alimentos, por seu turno, reforçou o desemprego rural e a expulsão prematura da força de trabalho.” (Medeiros, 2002)

Assim, o mercado de trabalho no Brasil, ao contrário do que apregoava a ofensiva neoliberal, já se encontrava em níveis significativos de flexibilidade. O resultado da política macroeconômica posta em prática colaborou para o aumento desta flexibilidade, porém de maneira negativa. A análise sobre a estrutura do desemprego e das ocupações, no Brasil dos anos 90, demonstra bem esse problema. Se não, vejamos.

Barros (1996) analisa tal estrutura através das dimensões/categorias: sexo, nível educacional, idade, posição no domicílio, setor de atividade, e posição na ocupação, para a região metropolitana de São Paulo, utilizando dados da PME/FIBGE²⁷. O estudo investiga a relação destas categorias com os padrões de variação da extensão e intensidade do desemprego (magnitude do desemprego), os determinantes imediatos da taxa de desemprego (probabilidades de entrada e saída do desemprego), e a contribuição de cada dimensão para o desemprego total.

Os dados apresentados demonstram a preocupação em *“permitir diferenciar entre as diversas situações possíveis, possibilitando uma visão mais aprofundada da relação entre desemprego, pobreza e desigualdade no Brasil”* (Barros, 1996). Assim, a preocupação está em consonância com a proposição de que quanto mais desemprego se

²⁷Desta forma, os autores “entendem” por estrutura de desemprego, *“os padrões de variação da incidência e da duração média do desemprego ao longo destas diversas dimensões”*. E acrescentam, que como o estoque de desemprego pode ser medido tanto pelo número de desempregados, como por semanas ou meses de desemprego, ele

concentra nos grupos que apresentam menores chances de serem pobres, ou entre os trabalhadores cujo rendimento têm pouco impacto sobre o orçamento familiar, o efeito (do desemprego) sobre a pobreza e a desigualdade é menor. O contrário ocorreria caso o desemprego estivesse concentrado no grupo de maior risco de ser pobre, ou entre os trabalhadores cujo rendimento tem grande importância para o orçamento familiar.²⁸

Desta forma, entre outras implicações, depreende-se que no caso da desigualdade e da pobreza, a magnitude do desemprego é maior entre os jovens (os que se concentram entre 10 e 19 anos de idade), filhos, mulheres, cônjuges, trabalhadores sem carteira e trabalhadores com educação mediana (5 a 7 anos de estudo)²⁹. Quanto ao nível educacional, nota-se que o nível elementar (1º grau) tende a elevar a exposição do trabalhador ao desemprego, enquanto que a educação secundária e, em particular, a educação superior tende a reduzi-la, apesar do efeito maior sobre a duração do desemprego, caso este venha a ocorrer³⁰. Finalmente, quanto à contribuição para o estoque de meses de desemprego, observa-se que - em termos relativos, ou seja, comparando-se com a contribuição de cada categoria para a população economicamente ativa (PEA) - o estoque de meses de desemprego está concentrado entre as mulheres, adolescentes e jovens (10 a 29 anos de idade), filhos e cônjuges, trabalhadores com educação mediana (5 a 7 anos de estudo), trabalhadores sem carteira e na indústria.

No estudo de Ramos, Rios-Neto e Wajnman (1997), a relação da composição etária com a estrutura ocupacional da PEA é apresentada para mostrar o grau de desigualdade de rendimentos no Brasil. Os autores estudaram *“os diferenciais de rendimentos por idade, educação e segmentação do mercado de trabalho em posições na ocupação”*³¹. Os resultados obtidos denotam a intenção de destacar o segmento mais jovem da PEA, de forma que o estudo mostra que *“a variável idade é muito mais importante para a explicação da desigualdade entre os mais educados do que entre*

é um passivo social que pode estar distribuído de forma equitativa ou extremamente desigual. Assim, *“a análise da estrutura do desemprego é fundamentalmente uma análise de como este passivo social encontra-se distribuído”*.

²⁸ Como citado pelos autores, os grupos que teriam menores chances de serem pobres seriam os trabalhadores com maior nível educacional, e os que o rendimento teria pouco impacto sobre o orçamento familiar, seriam os trabalhadores jovens. Nos outros grupos, estariam os trabalhadores com menor nível educacional e os chefes de família, respectivamente.

²⁹ *“O fato da magnitude do desemprego ser elevada entre jovens, mulheres e cônjuges certamente contribui para o aumento da desigualdade de renda pessoal, mas deve ter um impacto muito menor sobre a desigualdade de renda familiar e, portanto, sobre a pobreza uma vez que estas categorias tendem a ter uma contribuição para o orçamento familiar relativamente pequeno (...). Além disso, o fato da magnitude do desemprego ser elevada entre os medianamente educados (5 a 7 anos de estudo) mas não entre aqueles com muito pouca educação (0 a 4 anos de estudo) corrobora a hipótese de que o impacto do desemprego sobre a pobreza deve ser limitado”*. (Barros, 1996)

³⁰ BARROS, (1996)

³¹ RAMOS, RIOS-NETO E WAJNMAN (1997)

aqueles sem instrução formal”³². Assim, as causas substanciais de aumentos na desigualdade entre grupos são a não-neutralidade da estrutura etária dentro das diversas posições na ocupação, bem como, a não-neutralidade da estrutura de posições na ocupação, dentro das diversas estruturas etárias.³³

Seguindo ainda os autores, com as formas de flexibilização dos processos de trabalho, os trabalhadores mais jovens poderiam ter uma formação mais adequada, reforçando a tendência e compressão dos diferenciais de rendimento entre os grupos etários mais jovens e mais velhos. Quando se coloca a variável idade (experiência), ocorre que os “retornos de idade”, que aparecem como mais importantes para os “colegiais” do que para os “analfabetos”, perdem importância no período³⁴, dado que houve uma diminuição significativa na importância da idade para os trabalhadores com nível colegial, e que o mesmo não ocorre nem para os “analfabetos”, nem para o total.

“Pode-se, à luz desta evidência, especular que a queda da importância da experiência de trabalho para a mão-de-obra qualificada pode estar indicando uma transição tecnológica e de organização do processo produtivo, que estaria atuando no sentido de privilegiar a flexibilização dos recursos humanos de modo a facilitar processos de ajuste e reestruturação, e que acabaria por alterar o perfil da demanda por “qualificações” dos trabalhadores, ao menos no nível técnico.”(Ramos, Rios-Neto, Wajzman, 1997)

De acordo com o estudo, portanto, **i)** quase metade dos trabalhadores sem carteira tem menos de 25 anos de idade, e destes cerca de 40% encontram-se em sua “*prime-age*”; **ii)** os trabalhadores com menor grau de instrução têm uma probabilidade elevada de ingressarem no mercado de trabalho na condição de empregados sem carteira.

Pochmann (2001) mostra quais as ocupações profissionais que tendem a ser ampliadas ou restringidas pelo processo de reconversão³⁵ da economia brasileira nos anos 90. Partindo da análise do processo de desestruturação do mercado de trabalho

³² Idem.

³³ Ibidem.

³⁴ Como citado no trabalho, “*Comparando-se a componente intergrupos de idade da desigualdade entre 1977 e 1990, verifica-se uma redução de 45% em seus valores (0,168 em 1977 e 0,092 em 1990), sendo que a sua contribuição para a desigualdade total do grupo caiu de 38,0% para 21,9% no mesmo período*”.

³⁵ Como propõe o autor, por reconversão econômica entende-se a transição de um projeto de industrialização voltado para o mercado interno para o projeto de inserção competitiva na economia mundial.

brasileiro³⁶, seu estudo faz um paralelo entre a reestruturação observada nos países desenvolvidos³⁷ e a no Brasil, com ênfase na questão da escolarização/qualificação para efeito de criação (inserção) de (em) novos empregos.

Nos países desenvolvidos, há uma mudança na composição ocupacional, com evidências de queda na participação relativa das ocupações industriais e o movimento inverso nas ocupações de serviços³⁸, no contexto de um novo paradigma técnico-produtivo, demandante de trabalhadores mais escolarizados e qualificados.

“(...) os anos 90 parecem cada vez mais apontar para uma segunda década perdida (...) verifica-se que estão sendo destruídas as ocupações profissionais de mestres em manufatura, torneiros mecânicos, engenheiros metalúrgicos, tecelões e desenhistas técnicos, entre outras, e sendo abertas as ocupações profissionais de cozinheiros, recepcionistas, seguranças, garçons e atletas profissionais no setor privado e de agentes administrativos, membros superiores no poder judiciário e supervisores de polícia no setor público. Além de sugerirem uma menor necessidade de qualificação profissional, as ocupações em alta tendem a remunerar abaixo das ocupações que estão sendo mais reduzidas no Brasil.”(Pochmann, 2001)

Os dados demonstram que longe de estar acompanhando e até mesmo reproduzindo internamente os efeitos do novo paradigma técnico-científico, a economia brasileira está de frente a um recrudescimento de sua estrutura do mercado de trabalho. Tal evidência é demonstrada por Salm (1997):

“As ocupações que mais cresceram ao longo desta década, responsáveis por mais de 80% dos novos empregos criados no setor formal da economia, não se caracterizam por maiores exigências de formação e confrontadas com os grupos de ocupação que mais demitiram, também responsáveis por mais de 80% dos postos destruídos ao longo dos anos 90, percebe-se que

³⁶ Trabalho publicado pelo autor em 1997, sob o título: O movimento de desestruturação do mercado de trabalho brasileiro nos anos 90: uma análise regional. Economia e Sociedade, 9. Campinas: IE/UNICAMP. No estudo, o autor cita que: “Nos anos 90, o mercado de trabalho brasileiro, que não havia chegado a alcançar o mesmo estágio de estruturação verificado nos Países desenvolvidos (taxa de assalariamento em torno de 90% dos ocupados), passou a apresentar sinais, cada vez mais evidentes, de desestruturação, com (i) altas taxas de desemprego, (ii) desassalariamento (perda de participação dos empregos assalariados no total da ocupação) e (iii) ampliação das ocupações não assalariadas, geralmente precárias e de baixa produtividade. Durante a década de 1990, observa-se que para cada 10 postos de trabalho abertos, 8 não são assalariados e 2 assalariados, ambos sem registro.” Tal afirmação, é relacionada ao fato de que o Brasil não conseguiu manter a tendência à estruturação de seu mercado de trabalho, que surgiu a partir da década de 30 até a de 70; tendo sofrido mudanças a este movimento na década de 80.

³⁷ São citados no trabalho: Alemanha, Canadá, Estados Unidos, França, Inglaterra, Itália e Japão; com dados da OIT.

³⁸ Para melhor apresentação da problemática, o autor dividiu o setor de serviços em 4 classes ocupacionais: i) **distribuição**, como responsável principalmente pelas ocupações em comunicação, transporte e comércio; ii) **produção**, como o segmento moderno da sociedade pós-industrial, envolvendo as ocupações de atendimento dos insumos e serviços diretos à produção industrial; iii) **social**, como responsável pelas ocupações de atendimento ao consumo coletivo, envolvendo a educação, segurança e saúde; e, iv) **pessoal**, como responsável pelas ocupações de atendimento ao consumo individual, envolvendo lazer, alimentação e embelezamento.

estamos na direção oposta ao previsto pelos que apontam os desajustes na qualificação como o maior do mercado de trabalho”.

Essa afirmação sugere que não há efeito compensação, de forma que os postos de trabalho suprimidos com o processo de abertura e reestruturação do parque produtivo brasileiro, não foram superados pelos empregos criados nos setores de serviços e comércio.

“(...) embora também seja verdade que o nível educacional dos postos criados sejam superiores ao dos postos eliminados, basta observar as ocupações a que se referem os dois conjuntos, para perceber que as diferenças em escolaridade nada têm a ver com requisitos impostos por novas tecnologias, antes pelo contrário”. Salm (1997)

O autor menciona ainda que as diferenças decorrem de os dois conjuntos pertencerem a segmentos distintos da população. Em outras palavras, os jovens estão ganhando lugar na estrutura de ocupação do mercado de trabalho brasileiro. Entretanto, isto ocorre em ocupações com remunerações menores, mesmo com níveis educacionais superiores aos observados nas ocupações suprimidas (o que pressupõe a falta de experiência, ou tempo de serviço). Assim, a desestruturação do mercado de trabalho brasileiro vem causando a extinção de postos de trabalho que remuneravam em níveis superiores aos observados hoje. Isto ligado ao fato de que, em termos de faixa etária, o grupo que mais perdeu com a mudança na composição da estrutura de ocupação do mercado de trabalho brasileiro foi o grupo pertencente à faixa de 30 a 59 anos de idade.

O mercado de trabalho brasileiro tem características que diferem das encontradas nos países desenvolvidos – dadas as especificidades do subdesenvolvimento - e, por isso, há uma facilidade para a permanência de postos de trabalho pouco produtivos, com alta rotatividade, baixos salários e trabalhadores pouco qualificados. Esta forma, quando confrontada aos estudos que demonstram como os diversos segmentos do mercado de trabalho encontram-se em sua estrutura, faz com que a investigação de determinado segmento, longe de ser entendido como uma discussão pontual, torne-se necessária para a análise do problema e a promoção de políticas que o solucionem.

Diante de tal cenário, faz-se interessante ressaltar como os trabalhadores jovens estão inseridos na estrutura de desemprego no Brasil. São as seguintes as conclusões

principais: **i)** a participação significativa deste segmento no setor informal na economia; **ii)** no emprego formal, os jovens estão conseguindo inserção, porém, nos empregos criados não se identifica uma relação positiva entre o grau de escolaridade e os rendimentos percebidos, dada a falta de experiência inexorável desta faixa de idade; e, **iii)** a força de trabalho juvenil tem colaborado no sentido de minimizar os efeitos do desemprego sobre a pobreza e a desigualdade.

Partindo desses fatos, é possível traçar um cenário que nos dê base para argumentar sobre o recrudescimento por que passa o mercado de trabalho brasileiro, sobretudo quando relacionado à inserção dos jovens na estrutura de ocupações.

O problema torna-se maior quando o relacionamos às condições de heterogeneidade e segmentação existentes no mercado de trabalho brasileiro.

“(...) se ao final dos anos 70 era possível acreditar que os impactos positivos de um mercado de trabalho dinâmico acabariam por superar as condições para a reprodução da pobreza, hoje é o próprio mercado de trabalho que é visto como um fator de geração de pobreza”.(Medeiros e Salm, 1994)

Assim, trata-se de ampliarmos as discussões acerca de como os trabalhadores estão inseridos no mundo do trabalho brasileiro em relação aos novos postos de trabalho criados, bem como, sua relação com a questão da escolarização, qualificação e formação profissional³⁹, como elementos que constituirão uma nova forma de se promover o desenvolvimento. Um padrão de desenvolvimento que tenha em vista a retomada do crescimento sustentado, com investimentos prioritários à infra-estrutura, saúde, educação, habitação, combinada a uma estratégia de expansão dos investimentos nas cadeias produtivas de bens-salário e bens públicos, dirigidas à população pobre.⁴⁰

À GUIA DE CONCLUSÃO

As transformações ocorridas no plano internacional da divisão do trabalho somadas às ocorridas no Brasil incorreram em profundas alterações em seu mercado de

³⁹ A separação segue a orientação de Medeiros e Salm (1994), que diz: “A distinção que fazemos entre formação e qualificação é importante. Qualificação é posto, é reconhecimento de direitos e atribuição de responsabilidades, é promoção. Na ausência de perspectivas de qualificação, os sucessivos treinamentos geram frustrações”.

⁴⁰ Sobre o assunto, ver Medeiros (2002)

trabalho, demonstrando o acirramento do conflito capital x trabalho, em detrimento da classe trabalhadora.

Assim, o desenvolvimento da sociedade brasileira está assumindo uma forma peculiar: trata-se de uma sociedade baseada no setor de serviços, onde a população mais jovem tem mantido uma posição desfavorável no mercado de trabalho, que tenderá a agravar o processo de heterogeneidade, exclusão e desigualdade. Em outras palavras, ao assumirmos as proposições de Arrighi e de Furtado, sobre o processo dinâmico de dependência externa, admitimos que a *desestruturação do mercado de trabalho*, ampliada nos anos de implementação do projeto neoliberal, contribui para a afirmação da existência de um intenso aumento das desigualdades sociais, fincado na heterogeneidade estrutural de seu mundo do trabalho.

Este ponto pôde ser observado quando condensamos os estudos e verificamos a condição precária que envolve a estrutura de ocupações e rendimentos existente na economia brasileira, especificamente no exemplo da força de trabalho juvenil, bem como a sua relação com a questão da pobreza e desigualdade.

O Brasil, através do ideário neoliberal, no que tange à *desestruturação do mercado de trabalho*, contribui para consolidar os processos de exploração e exclusão, citados por Arrighi. Em decorrência da política macroeconômica adotada nos anos 90, sobretudo a partir de 1994, torna-se cada vez mais evidente o recrudescimento das desigualdades sociais, ao tempo em que fica mais distante o objetivo de desenvolvimento sócio-econômico livre das limitações impostas pela acirrada dependência externa. Esses elementos se apresentam como forma de afirmação, sustentação e, ainda, de reconstrução de uma estrutura sócio-econômica subdesenvolvida.

ANEXO

Tabela 1 – Brasil: Indicadores Macroeconômicos – Série Histórica

Ano	Crescimento do PIB (%)	Carga Tributária (% do PIB)	Crescimento do PIB Mundial (%)	Crescimento do PIB da América Latina (%)
1948	9,7	14,0		4,7
1949	7,7	14,4		2,7
1950	6,8	14,4		4,9
1951	4,9	15,7		5,9
1952	7,3	15,4		3,0
1953	4,7	15,2		4,5
1954	7,8	15,8		6,2
1955	8,8	15,1		6,3
1956	2,9	16,4		4,1
1957	7,7	16,7		6,1
1958	10,8	18,7		4,9
1959	9,8	17,9		2,6
1960	9,4	17,4		7,0
1961	8,6	16,4	3,1	6,6
1962	6,6	15,8	4,6	4,2
1963	0,6	16,1	5,0	3,4
1964	3,4	17,0	6,1	7,5
1965	2,4	19,0	5,2	5,4
1966	6,7	21,0	5,3	4,4
1967	4,2	20,5	4,1	4,3
1968	9,8	23,3	4,5	6,9
1969	9,5	24,9	6,0	7,1
1970	10,4	26,0	3,4	6,9
1971	11,3	25,3	3,7	6,7
1972	11,9	26,0	4,7	6,9
1973	14,0	25,1	5,9	8,4
1974	8,2	25,1	2,3	7,1
1975	5,2	25,2	1,4	3,2
1976	10,3	25,1	5,3	4,4
1977	4,9	25,6	4,4	4,8
1978	5,0	25,7	4,1	4,4
1979	6,8	24,7	4,1	6,6
1980	9,2	24,5	3,0	6,1
1981	-4,3	25,2	1,6	0,3
1982	0,8	26,2	0,4	-1,3
1983	-2,9	26,9	2,6	-2,9
1984	5,4	24,2	4,9	3,5
1985	7,8	23,8	4,0	3,6
1986	7,5	26,5	3,4	3,6
1987	3,5	24,3	3,9	2,9
1988	-0,1	23,4	4,5	0,6
1989	3,2	23,7	3,3	0,9
1990	-4,3	29,6	2,9	0,3
1991	1,0	24,4	1,7	3,8
1992	-0,5	24,9	2,3	3,2
1993	4,9	25,3	2,4	3,3
1994	5,9	27,9	3,8	5,2
1995	4,2	28,4	3,6	1,1
1996	2,7	28,6	4,1	3,7
1997	3,3	28,5	4,2	5,2
1998	0,1	29,3	2,8	2,3
1999	0,8	31,1	3,7	0,5
2000	4,4	31,6	4,6	3,7
2001	1,3	33,4	2,5	0,4
2002	1,9	34,8	3,0	-0,5
2003	0,5	34,0	4,0	1,9
2004	4,9		5,1	5,5

Fonte: IPEA/Boletim de Conjuntura, nº 70, setembro, 2005.

Tabela 2 - Brasil: Indicadores selecionados do mercado de trabalho – 1994 a 2004

em (%)

Indicadores/Ano	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004
Emprego Formal (1)	49,3	48,5	46,7	46,4	45,9	44,5	43,6	45,0	45,0	44,3	43,7
Informalidade (1)	45,4	46	47,6	48,1	48,6	49,9	50,9	50	49,9	41,9	42,8
Taxa de Desemprego Aberto Total (2)	5,1	4,6	5,4	5,7	7,6	7,6	7,1	6,2	11,7	12,3	11,5
Taxa de Desemprego Total na Grande São Paulo	14,3	13,2	14,9	15,7	18,2	19,3	17,7	17,5	18,9	19,9	18,8
Desemprego na Indústria	31,2	29,7	27,8	27,1	25,4	24,6	23,4	22,5	21,9	20,9	20,5
Desemprego no Comércio	18,0	17,7	18,6	18,0	17,5	16,7	17,1	16,5	16,6	16,5	17,0
Desemprego nos Serviços	37,9	39,4	39,3	41,0	42,0	43,3	44,5	44,4	45,8	46,6	46,4

Fonte: FGV/Revista Conjuntura Econômica, setembro, vol 59, nº 09, 2005.

IPEA/Boletim do Mercado de Trabalho – Conjuntura e Análise, vários números.

(1) Trabalhadores com carteira assinada nas principais regiões metropolitanas.

Informalidade: trabalhadores por conta própria somados aos trabalhadores sem carteira.

(2) A partir de 2002, a taxa de desemprego passou a ser calculada com nova metodologia, que trata das pessoas que procuraram trabalho nos últimos 30 dias antes da entrevista.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, G. Trabalho e mundialização do capital. São Paulo: Práxis, 1999.

_____. A ilusão do desenvolvimento. Petrópolis: Vozes, 1997.

BALTAR, P.E. de Andrade. "Emprego e renda na crise contemporânea do Brasil". In: *O mundo do trabalho - crise e mudança no final do século*. São Paulo: Scritta, 1ªe., 1994.

BALTAR, P.E. A. e PRONI, M.W. "Sobre o regime de trabalho no Brasil: rotatividade da mão-de-obra, emprego formal e estrutura salarial" In: *Crise e Trabalho no Brasil. Modernidade ou Volta ao Passado?*. Campinas: Editora Página Aberta, 1996.

BALTAR, P.E. de Andrade, DEDECCA, C.S. e HENRIQUE, W. "Mercado de trabalho e exclusão social no Brasil". In: *Crise e trabalho no Brasil: modernidade ou volta ao passado?* São Paulo: Scritta, 1ªe., 1996.

_____. Salário mínimo e mercado de trabalho. Seminário: Salário Mínimo e Desenvolvimento. Campinas: IE/UNICAMP, mimeo, 2005.

_____. "Desigualdade de rendimentos do trabalho e salário mínimo na década de 90. In: *Política Nacional de Valorização do Salário Mínimo*. Carta Social e do Trabalho, Campinas: IE-UNICAMP/CESIT, nº 1, maio-agosto, 2005.

BARROS, P.B., CAMARGO, J.M. e MENDONÇA, R. “A estrutura do desemprego no Brasil”. IPEA: Série Seminários/Seminários sobre Estudos do Trabalho, nº 14, 1996.

BELLUZZO, L.G. “Brasil, um desenvolvimento difícil...” In: *Desenvolvimento em Debate: novos rumos do desenvolvimento no mundo - Painel: desenvolvimento e estabilidade*. Rio de Janeiro: IBGE, nº 2, 2002.

CHESNAIS, F. A mundialização do Capital. São Paulo: Xamã, 1996.

CHESNAIS, F. “A globalização e o curso do capitalismo de fim-de-século”. In: *Revista Economia e Sociedade* (5), Campinas: IE/Unicamp, 1995.

FIORI, J.L. e MEDEIROS, C. (org.). Polarização mundial e crescimento. Petrópolis: Vozes, 2001.

FRANCO, R. “Los paradigmas de la política social en América Latina”. In: *Revista de La Cepal*. Santiago do Chile: CEPAL, nº 58, abr., 1996.

FURTADO, C. Teoria e política do desenvolvimento econômico. Coleção Os Economistas, São Paulo: Civilização Brasileira, 1983.

_____. Formação econômica do Brasil. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1991.

_____. Brasil – a construção interrompida. São Paulo: Paz e Terra, 1992.

IANNI, O Industrialização e desenvolvimento social no Brasil. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1963.

LESBAUPIN, I. (org.) O desmonte da nação: balanço do governo FHC. Petrópolis: Vozes, 1999.

MATTOSO, J. A desordem do trabalho. São Paulo: Scritta, 1995.

MEDEIROS, C. A “Distribuição de renda como política de desenvolvimento” In: *Desenvolvimento em Debate: novos rumos do desenvolvimento no mundo - Painel: distribuição de renda*. Rio de Janeiro: IBGE, nº 3, 2002.

MEDEIROS, C.A. e SALM, C. “O mercado de trabalho em debate”. In: *Revista Novos Estudos*. CEBRAP, 39, 1994.

MELLO, J.M.C de. O capitalismo tardio: contribuição à revisão crítica da formação e do desenvolvimento da economia brasileira. São Paulo: Brasiliense, 1998.

OFFE, C. Capitalismo desorganizado. São Paulo: Brasiliense, 1989.

OLIVEIRA, F. de Crítica à razão dualista – O ornitorrinco. São Paulo: Boitempo editorial, 2003.

PERO, V. A formação profissional diante das mudanças no mercado de trabalho no início dos anos 90. Rio de Janeiro: SENAI/DN/CIET, 1996.

POCHMANN, M. O emprego na globalização – a nova divisão internacional do trabalho e os caminhos que o Brasil escolheu. São Paulo: Boitempo Editorial, 2001.

POLANYI, K. A grande transformação. Rio de Janeiro: Campus, 1980.

PRADO JR. C. Formação do Brasil Contemporâneo. São Paulo: Brasiliense, 2000.

RAMOS, L., RIOS-NETO, E. e WAJNMAN, S. “Perfis etários, posição na ocupação e desigualdade de rendimentos no Brasil”. In: *Revista Nova Economia*. Belo Horizonte: UFMG/FACE/DCE, 1997.

RANGEL, I. Dualidade básica da economia brasileira. São Paulo: Biental/Instituto Ignácio Rangel, 1999.

SALM, C. “Vai ser difícil requalificar”. In: *Boletim de Conjuntura, Instituto de Economia*, Rio de Janeiro: UFRJ, vol.17, no.2, 1997.

SIMONSEN, R.C. História Econômica do Brasil – 1500/1820. São Paulo: Companhia Editora Nacional/MEC, 1977.

TAVARES, M.C. e BELLUZZO, L.G. de M. “Desenvolvimento no Brasil - relembando um velho tema”. In: *BIELSCHOWSKY, R. e MUSSI, C. (org.) Políticas para a retomada do crescimento – reflexões de economistas brasileiros*. Brasília: IPEA/CEPAL, 2002.

URANI, A “Conseqüências macroeconômicas da pobreza”. In: *O Brasil no fim do século: desafios e propostas para ação governamental*. Rio de Janeiro: IPEA, 1994.